

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS: O USO DO DESENHO LIVRE NA MEDIÇÃO DA APRENDIZAGEM

INCLUSIVE PEDAGOGICAL PRACTICES: THE USE OF FREE DRAWING IN
MEDIATING LEARNING

Ciências Humanas, Linguística & Letras e Artes • 05/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/775358464](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/775358464)

Ana Alice de Rezende Fonseca Theobald¹

Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO

O desenho é a principal forma de expressão na infância, sobretudo nos primeiros anos de vida. O desenho livre no universo infantil estabelece uma articulação entre o contexto social, mediado pela cultura, e a dimensão subjetiva da criança. Na perspectiva de inclusão o desenho livre é uma prática pedagógica com possibilidades de comunicação na linguagem oral ou escrita, promovendo equidade no processo de aprendizagem. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a contribuição do desenho livre como instrumento de mediação da aprendizagem no contexto das práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil. Utilizou-se das metodologias de revisão da literatura e de análise documental. Tratou-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos descritivos e procedimento bibliográfico. O método-hipotético dedutivo foi adotado para expandir o campo dos efeitos dos resultados produzidos. Os resultados evidenciaram que o desenho livre, quando mediado intencionalmente pelo professor, contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, além de favorecer a participação, a expressão e a inclusão no ambiente escolar. Conclui-se que a mediação pedagógica, aliada ao uso do desenho livre, constitui uma estratégia eficaz para a promoção de uma aprendizagem mais inclusiva, significativa e equitativa.

Palavras-chave: Desenho livre. Educação Inclusiva. Mediação da aprendizagem. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Drawing is the main form of expression in childhood, especially in the early years of life. Free drawing in the child's universe establishes a connection between the social context, mediated by culture, and the child's subjective dimension. From an inclusion perspective, free

drawing is a pedagogical practice that expands possibilities of communication, particularly for children with difficulties in oral or written language, promoting equity in the learning process. The general objective of this research was to analyze the contribution of free drawing as a tool for mediating learning within the context of inclusive pedagogical practices in Early Childhood Education. Literature review and document analysis methodologies were used. This study adopted a qualitative approach, of a basic nature, with descriptive objectives and a bibliographic procedure. The hypothetical-deductive method was applied to broaden the scope of the results obtained. The findings showed that free drawing, when intentionally mediated by the teacher, significantly contributes to children's cognitive, emotional, and social development, as well as fostering participation, expression, and inclusion in the school environment. It is concluded that pedagogical mediation, combined with the use of free drawing, constitutes an effective strategy for promoting more inclusive, meaningful, and equitable learning.

Keywords: Free drawing. Inclusive Education. Learning mediation. Pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem como finalidade garantir que todos os educandos em idade escolar, independentemente de suas condições, ao serem inseridos em turmas do ensino regular tenham assegurados o acesso, a participação e a aprendizagem de forma efetiva (Brasil, 2007). Para tanto, Pinheiro et al. (2024) destaca a importância de práticas pedagógicas inclusivas, não apenas para o reconhecimento e a valorização das diferenças entre os alunos, mas, sobretudo, para a promoção de metodologias diversificadas e a superação de modelos tradicionais de ensino.

Os métodos e didáticas tradicionais aplicados na relação de ensino e aprendizagem já eram confrontados por diversos teóricos que se dedicaram a avaliar a funcionalidade dos mesmos no desenvolvimento cognitivo dos discentes. Para Piaget (2012) o processo de desenvolvimento cognitivo humano perpassa por diferentes fases, as quais requerem uma maior proximidade entre o educando e o seu objeto de estudo. Em se tratando do desenvolvimento da aprendizagem de crianças, o referido autor dedicou boa parte da sua pesquisa, a qual uniu estudos de Psicologia e Pedagogia, para indicar a necessidade de haver um maior protagonismo dos educandos no processo de construção da aprendizagem.

Dentre as diversas estratégias que podem ser adotadas no contexto da educação inclusiva, destaca-se o uso do desenho livre como recurso mediador da aprendizagem. Essa prática possibilita a expressão de ideias, emoções e percepções de forma não verbal, favorecendo a participação do aluno com diferentes perfis de aprendizagem, especialmente aqueles que apresentam dificuldades na comunicação (Silva; Iriart, 2022). Como também, o desenho livre contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais, ao mesmo tempo em que estimula a criatividade, a autonomia e o protagonismo dos alunos no processo educativo (Santos; Santos, 2021).

Costa Silva (2016) destaca que a criança tende a sentir-se mais segura quando possui autonomia para desenhar, ressaltando a importância de o professor criar situações que favoreçam essa prática. Ao incentivar a livre expressão, o docente contribui para o desenvolvimento da criatividade e da produção infantil, uma vez que suas intervenções podem estimular a continuidade das

produções gráficas. Essa liberdade, compreendida como desenho livre, permite que a criança crie a partir de sua imaginação, expressando-se de forma singular e espontânea.

Pinheiro et al. (2024) mencionam que o ato de desenhar constitui uma forma de expressão característica da infância e está presente em todas as culturas. Nesse sentido, o desenho livre representa uma ferramenta pedagógica muito eficiente para o desenvolvimento infantil, sendo entendido como uma manifestação dinâmica e estética que evolui em diferentes etapas, contribuindo diretamente para a construção do grafismo. Bem como, revela-se como uma importante via de comunicação e expressão, especialmente no âmbito da educação inclusiva, por possibilitar a participação de crianças com diferentes habilidades e formas de aprendizagem (Silva; Iriart, 2022).

A Educação Infantil é responsável por preparar os sujeitos para os demais níveis educacionais e, por isso, deve prezar pelo desenvolvimento de consciências e habilidades necessárias para que a formação básica destes indivíduos seja plenamente satisfatória sob o enfoque das novas perspectivas de uma formação humana e social (Costa Silva, 2016). Sob o enfoque da educação inclusiva, esse processo deve considerar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a participação de todos os alunos, utilizando estratégias como o desenho livre, que favorecem a expressão, a comunicação e a construção do conhecimento de forma significativa (Santos; Santos, 2021).

As práticas pedagógicas, sobretudo, na Educação Infantil ganham conotação singular, pois pode estimular habilidades afetivas, cognitivas, verbais, não verbais, intelectuais e outras (Hartmann;

Silva, 2019). Dentro disso, para condução da investigação foi levantada a seguinte questão: práticas pedagógicas inclusivas como o uso do desenho livre podem favorecer a inclusão e a participação de crianças com necessidades educacionais especiais?

A justificativa social da pesquisa residiu na importância de demonstrar a necessidade de fortalecimento de práticas pedagógicas que assegurem a inclusão efetiva de todas as crianças no ambiente escolar, especialmente na Educação Infantil. Considerando a diversidade presente nas salas de aula, torna-se fundamental adotar estratégias que favoreçam a participação, a comunicação e o desenvolvimento integral dos educandos. Como justificativa científica/profissional, é relevante que conteúdos científicos sejam produzidos sobre questões do campo Educação visando à ampliação do repertório teórico e metodológico disponível aos educadores no exercício de sua prática pedagógica.

O objetivo central da presente pesquisa foi analisar a contribuição do desenho livre como instrumento de mediação da aprendizagem no contexto das práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil. Para tal alcance estabelece-se os seguintes objetivos específicos: (i) compreender o papel das práticas pedagógicas inclusivas no processo de ensino-aprendizagem; (ii) identificar como o desenho livre pode favorecer a participação e a inclusão de crianças com diferentes necessidades e (iii) refletir sobre o papel do professor na mediação da aprendizagem por meio de práticas inclusivas.

Utilizou-se das metodologias de revisão da literatura e de análise documental. Tratou-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos descritivos e

procedimento bibliográfico. Os estudos científicos a serem analisados serão buscados nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os critérios de seleção a serem adotados, serão: ano de publicação entre 2010 e 2025. No conjunto de livros a serem consultados, estarão obras produzidas pelos seguintes autores: Jean Piaget (2010); Lev Vygotski (1991); Paulo Freire (1996-1997-2019); Edith Derdyk (2020), Danyelle Santos e Nataly Santos (2021) e outros clássicos e contemporâneos.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITOS E FUNDAMENTOS

O movimento e consolidação da Educação Inclusiva acontece frente ao paradigma educacional fundamentado nos princípios da equidade, da diversidade e do direito universal à educação, assegurando que todos os sujeitos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais, culturais ou emocionais, tenham acesso, permanência e participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem (Schinato; Strieder, 2020). Sob o seu caráter universal, a educação inclusiva deve prezar pela promoção da igualdade de oportunidades e de participação plena para todos os educandos em sala de aula, principalmente aqueles que venham a ser pessoas com algum tipo de necessidade especial (Lopes; Fabris, 2020).

Nesse diapasão, Silva (2023) aponta que esse modelo rompe com perspectivas excludentes e segregadoras preteritamente presentes nos sistemas educacionais, propondo a reorganização das práticas pedagógicas, das políticas públicas e das estruturas institucionais, de modo a atender às especificidades de cada estudante. Do ponto de vista conceitual, a Educação Inclusiva está ancorada em marcos

legais e normativos que defendem a educação como direito de todos, destacando-se a necessidade de superação de barreiras que possam limitar a aprendizagem e a participação dos alunos (Barbosa; Bezerra, 2021).

Desse modo, Schinato e Strieder (2020) vão analisar que não se trata apenas da inserção de alunos com deficiência no ensino regular, mas da construção de um ambiente educacional que reconheça e valorize as diferenças como parte constitutiva do processo educativo. Assim, a inclusão pressupõe a adoção de práticas pedagógicas flexíveis, o uso de recursos acessíveis e a implementação de estratégias diversificadas que favoreçam o desenvolvimento integral dos educandos (Lopes; Fabris, 2020).

A educação é responsável pela formação dos sujeitos em diferentes aspectos, os quais consolidam um pleno desenvolvimento humano, capacitando os sujeitos para a plenitude da convivência social. Por muitos anos, o sistema educacional adotou um mecanismo denominado por Freire (1967) como “bancário”. A educação bancária para Freire (1967) nada mais é do que aquela que reproduz ensinamentos modulados sob padrões estáticos, pré-estabelecidos.

Para atender aos objetivos ora impostos, alguns teóricos, além de Freire (1967), questionavam as práticas pedagógicas tradicionais. O principal deles é Piaget (2012), que dedicou seus estudos a entender questões da psicopedagogia. Dentre as suas respostas científicas, Piaget (2012) elucidou que a educação ganha maior valoração quando conduzida sob um viés experimental. Ou seja, o aprendizado significativo interdepende da experimentação que os sujeitos vivenciam com os respectivos objetos de estudos,

principalmente se estes sujeitos foram crianças e adolescentes com ou sem necessidades especiais de aprendizagem.

Sob essa perspectiva, a função do docente é imprescindível, uma vez que atua como mediador do conhecimento, sendo responsável por planejar e executar ações que considerem as singularidades dos alunos. A prática docente inclusiva requer, portanto, uma postura reflexiva, crítica e comprometida com a promoção da aprendizagem significativa, por meio de metodologias ativas e adaptativas. Bem como, destaca-se a importância do trabalho colaborativo entre profissionais da educação, famílias e demais agentes envolvidos no processo educativo (Silva, 2023).

No Brasil, no art. 58, da LDBEN de 1996, extrai-se outro conceito de educação especial – que se atrela ao conceito de educação inclusiva – sendo ele:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

Interpretando analogamente pela perspectiva de Freire (1996), é uma educação de acesso e permanência democratizados, distanciando-se do modelo engessado conduzido por uma educação bancária, aquela que não considerava as realidades de mundo, apenas reproduzia ensinamentos que tinham a finalidade

de atender aos interesses capitalistas. Albres (2010) afirma que o incluir no contexto da educação inclusiva vai muito além da mera noção de inserir os educandos em sala de aula, pois a noção da inclusão educacional é mais ampla, ela deve preocupar-se com a manutenção e condução da aprendizagem de todos, não apenas limitar-se ao incluir.

A partir da compreensão dos fundamentos que sustentam a Educação Inclusiva, torna-se necessário avançar para a análise das práticas pedagógicas que materializam esses princípios no cotidiano escolar. Nesse sentido, não basta reconhecer a importância da inclusão no âmbito teórico, sendo fundamental compreender como ela se efetiva por meio de estratégias, metodologias e intervenções que favoreçam a participação e a aprendizagem de todos os alunos. Assim, o próximo tópico aborda as práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar, destacando sua relevância na construção de um ensino mais equitativo e acessível.

2.1. Práticas Pedagógicas Inclusivas: Metodologias Ativas

O conjunto de estratégias, metodologias e ações intencionalmente planejadas com o objetivo de garantir a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os educandos respeitando suas singularidades e necessidades específicas são as práticas pedagógicas inclusivas. Assim, essas práticas fundamentam-se nos princípios da Educação Inclusiva, que compreendem a diversidade como elemento constitutivo do ambiente educacional, exigindo a reorganização do ensino de modo a superar barreiras que possam limitar o acesso ao conhecimento (Schinato; Strieder, 2020).

Novas metodologias de ensino foram validadas pelos ensinamentos de Piaget (2010), as quais buscam oportunizar maior aproximação das crianças com os respectivos objetos de aprendizagem, estimulando assim questões sensoriais capazes de desenvolver o cognitivo destes sujeitos, aprimorando os significados dados para os aprendizados adquiridos, os quais podem perdurar por toda a vida. Cavalcanti (2022) destaca que as metodologias ativas vão muito além do trabalho com as questões pedagógicas, pois estimulam o desenvolvimento de estruturas neurocognitivas capazes de aprimorar o desenvolvimento das habilidades afetivas, físicas, intelectuais e outras.

Por meio das metodologias ativas, é possível inovar a prática pedagógica, dotando-lhe de maior significação na formação humana social contemporânea (Filatro; Cavalcanti, 2023). Inovação essa que abrange a inserção de estratégias que trabalham com questões afetivas, culturais, históricas, sociais e outras, relevantes para a formação de base dos sujeitos e que devem ser estimuladas desde a Educação Infantil (Dantas, 2019). O próprio Freire (1997) falou sobre a Pedagogia da Esperança para dispor sobre o potencial que a Educação tem na transformação de realidades de mundo que precisam ser modificadas.

Essa abordagem dialoga diretamente com os princípios da educação inclusiva, ao reconhecer a necessidade de problematizar e intervir em realidades marcadas por desigualdades sociais, como questões ambientais, étnico-raciais e de gênero (Oliveira *et al.*, 2022). Assim, ao incorporar tais temáticas no cotidiano escolar por meio de práticas pedagógicas inclusivas, a escola contribui para a formação de sujeitos críticos, participativos e conscientes de seu papel social (Schinato; Strieder, 2020).

Nesse sentido, a efetivação de práticas inclusivas implica a adoção de metodologias flexíveis e diversificadas, capazes de atender aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Entre essas estratégias, destacam-se o uso de recursos pedagógicos acessíveis, a adaptação de atividades, a flexibilização curricular e a utilização de avaliações formativas e contínuas, que considerem o progresso individual dos alunos (Schinato; Strieder, 2020). As metodologias ativas, como o trabalho colaborativo, a aprendizagem baseada em projetos e o uso de linguagens expressivas, como o desenho livre, mostram-se relevantes por favorecerem a participação e o protagonismo dos alunos no processo educativo (Cavalcanti, 2022).

Cabe ressaltar que, para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas é imprescindível que o professor compreenda seus princípios e desdobramentos, de modo a assumir um compromisso com essa proposta, contando também com o suporte da equipe pedagógica, a fim de conseguir implementar práticas inclusivas em sala de aula (Dantas, 2019). Nesse sentido, torna-se essencial reconhecer que promover uma educação para todos implica garantir condições de acesso à aprendizagem a todos os estudantes, independentemente de apresentarem ou não dificuldades.

Cavalcanti (2022) cita que, no âmbito das metodologias ativas de ensino, algumas são elementares para se estabelecer um diálogo mais eficiente na formação da Educação Infantil, a exemplo do desenho livre, da contação de história e da ludicidade. Enquanto o desenho livre estimula a imaginação, a criatividade, a memória e a organização do pensamento, a Ludicidade trabalha com questões lúdicas, dentre as quais estão a música, as narrativas de histórias, o teatro e outras (Filatro; Cavalcanti, 2023).

Diante das práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar, compreende-se que a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva não se limita apenas à adaptação de atividades ou à oferta de recursos diferenciados, mas requer, sobretudo, a atuação intencional do professor no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, destaca-se a mediação pedagógica como elemento fundamental para promover a participação ativa de todos os alunos, respeitando suas singularidades e potencializando suas capacidades. Assim, torna-se pertinente aprofundar a discussão acerca da importância da mediação na aprendizagem, considerando seu papel na construção do conhecimento e no desenvolvimento integral dos estudantes.

2.2. A Importância da Mediação na Aprendizagem

Nos processos educativos, a mediação na aprendizagem é um divisor de águas, especialmente à luz das abordagens socioconstrutivistas, que compreendem o conhecimento como resultado das interações sociais e culturais (Carriel; Santos Rosenau, 2025). Dentro disso, Freschi e Lopes (2016) observam que a aprendizagem não ocorre de forma isolada, mas é construída a partir da relação entre o sujeito, o outro e o meio, sendo o professor um agente fundamental na organização e condução dessas interações. A mediação pedagógica, portanto, são ações intencionais desenvolvidas pelo docente com o objetivo de favorecer a construção do conhecimento, considerando as necessidades, potencialidades e singularidades dos estudantes.

Sob essa perspectiva, Dantas (2019) vai apontar que o professor ultrapassa a função de transmissor de conteúdos, assumindo a posição de facilitador e orientador do processo de aprendizagem.

Por meio de intervenções planejadas, o docente cria condições para que o aluno avance em seu desenvolvimento, estimulando a reflexão, a autonomia e a participação ativa. Esse processo envolve a seleção de estratégias didáticas adequadas, a utilização de recursos diversificados e a promoção de um ambiente acolhedor e estimulante, no qual o erro seja compreendido como parte do processo de aprendizagem (Carriel; Santos Rosenau, 2025).

Vale ressaltar que ao falar de educação inclusiva, a mediação torna-se ainda mais importante, uma vez que exige do professor uma postura sensível e flexível diante da diversidade presente na sala de aula. A mediação pedagógica deve, nesse sentido, buscar a superação de barreiras que dificultam o acesso ao conhecimento, promovendo a equidade e garantindo oportunidades de aprendizagem para todos (Santos; Santos, 2021). Para isso, é necessário considerar diferentes formas de linguagem e expressão, como o uso do desenho livre, que pode atuar como instrumento facilitador na comunicação e na construção de significados, especialmente para crianças que apresentam dificuldades na linguagem verbal (Silva; Iriart, 2022).

Cunha (2008) afirma que a mediação é um processo no qual o educador atua como elo entre o aluno e o conhecimento, favorecendo a interação, estimulando o desenvolvimento cognitivo e contribuindo para a construção de aprendizagens significativas. Fundamentada nas contribuições teóricas de Vygotsky (1991-2010) e Freud (1967-2010) essa abordagem compreende o aluno como sujeito ativo no processo educativo, promovendo não apenas a assimilação de conteúdos, mas também o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e de práticas inclusivas no contexto escolar.

A nova cultura da aprendizagem já está mudada. Entretanto, mudar a forma de aprender dos alunos requer também mudar as formas de ensinar de seus professores. Nesse contexto histórico, buscar respostas e alternativas para uma aula mais atrativa e tornar o aluno o protagonista do seu aprendizado dentro das práticas pedagógicas juntamente com um material didático mais sofisticado, num linguajar moderno usando os recursos tecnológicos a favor dos docentes (Cavalcanti, 2022). Nesse sentido, mediar implica construir conexões entre o sujeito e o conhecimento, utilizando diferentes estratégias, recursos e instrumentos (Vigotski, 1991).

As oportunidades de aprendizagem no campo educacional infantil, no geral, são preestabelecidas de acordo com um cronograma de atividades planejadas mediante as necessidades dos educandos e os aprendizados deles esperados (Pott, 2019). A produção destas oportunidades precisa atentar-se para algumas condições que podem produzir maior significância para os aprendizados adquiridos, dentre elas: o uso de tecnologias; a ambientalização para uma produção mais criativa; a estimulação de uma maior aproximação das temáticas sociais no campo escolar; a produção de estímulos de participação autônoma dos educandos e dos pais no campo educacional; a identificação de pontos que valorem o pertencimento dos educandos; dentre outras (Babakr, Mohamedamin & Kakamad, 2019).

A partir da compreensão da mediação como elemento fundamental no processo de aprendizagem, torna-se necessário refletir sobre as estratégias pedagógicas que possibilitam sua efetivação no cotidiano escolar. O uso de recursos que favoreçam a expressão, a interação e a construção ativa do conhecimento revela-se essencial. Assim, destaca-se o desenho livre como uma importante ferramenta

pedagógica, capaz de potencializar a mediação ao promover a criatividade, a autonomia e o desenvolvimento integral dos estudantes.

2.3. O Desenho Livre Como Ferramenta Pedagógica de Inclusão

O desenho é uma prática presente na trajetória humana desde a Antiguidade, sendo compreendido como uma forma de comunicação e de representação de objetos, seres e ideias por meio de traços e formas, utilizando-se de materiais como lápis ou tinta, com finalidades lúdicas, artísticas ou técnicas. Essa linguagem apresenta múltiplas funções como a compreensão de sentimentos e expressões, além de revelar modos de comunicação próprios da criança. Como também o desenho atua como um importante apoio à oralidade e à linguagem verbal (Santos; Santos, 2021).

Ferreira (2017) explica que o termo desenho tem origem na palavra italiana *disegno*, sendo associado aos sentidos de traçar, delinear ou representar um objeto ou figura. Ainda de acordo com o autor, o desenho configura-se como uma técnica de representação do real que, por vezes, é interpretada de maneira depreciativa, sendo vista como uma simples imitação é considerada de menor valor intelectual. Enquanto para Costa Silva (2025) o desenho constitui uma forma de comunicação, na qual há um emissor responsável por transmitir a mensagem e um receptor capaz de interpretá-la e compreendê-la.

A partir desse entendimento, o desenho configura-se como uma das formas mais recorrentes de expressar ideias ou pensamentos. Sua ampla utilização está relacionada à facilidade de execução, uma vez que pode ser realizado com poucos recursos e diferentes tipos de

materiais (Silva; Iriart, 2022). Derdyk (2020) aponta que este pode ser compreendido também uma manifestação dinâmica e estética que evolui em diferentes etapas, contribuindo diretamente para a construção do grafismo.

Conforme Vigotski (2014), o desenho é a principal forma de expressão na infância, sobretudo nos primeiros anos de vida. Compreende-se que o desenho se configura como uma linguagem natural e espontânea, por meio da qual a criança expressa suas percepções sobre o mundo. Bem como, essa atividade favorece o acesso a elementos de vivências passadas e presentes, permitindo à criança externalizar conteúdos mentais construídos a partir de suas experiências e da memória. Sob o enfoque inclusivo, o desenho livre amplia as possibilidades de comunicação na linguagem oral ou escrita, promovendo equidade no processo de aprendizagem.

O desenho livre no universo infantil, estabelece uma articulação entre o contexto social, mediado pela cultura, e a dimensão subjetiva da criança. Por meio das produções de desenho livre, ela organiza e ressignifica pensamentos, emoções e hipóteses acerca do funcionamento do mundo, além de refletir sobre suas ações, especialmente em situações coletivas (Santos; Silveira, 2016). Assim, ao ser incorporado às práticas pedagógicas inclusivas, o desenho livre favorece a interação, o respeito às diferenças e a valorização das singularidades, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais acessível, participativo e sensível às diversas formas de expressão dos estudantes (Santos; Santos, 2021).

De acordo com Derdyk (2020, p.57):

Ao desenhar, a criança expressa a forma pela qual sente o existir. A evolução do potencial criativo na criança, seja qual for o tipo de atividade em que ela se expresse, é fundamental seu ciclo inato de crescimento. De modo semelhante, as condições para o seu pleno crescimento (emocional, psíquico, físico, cognitivo) não podem ser estáticas. (grifos meus)

Como visto Derdyk (2020) analisa que ao possibilitar que a criança represente suas percepções, emoções e experiências sem a imposição de modelos rígidos, o desenho livre contribui para o desenvolvimento da criatividade, da imaginação e da autonomia. Trata-se de uma prática que ultrapassa a dimensão estética, assumindo um papel formativo ao estimular habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais.

Para Silva (2002) o desenho livre é uma linguagem simbólica por meio da qual a criança organiza e externaliza seu pensamento. Nesse sentido, essa atividade favorece o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como a atenção, a memória, a percepção e o raciocínio, além de contribuir para a ampliação da capacidade de representação e abstração. Ademais, ao permitir a livre manifestação, o desenho atua como um instrumento de mediação pedagógica, possibilitando ao professor identificar conhecimentos prévios, dificuldades e potencialidades dos alunos.

Trabalhar o desenho livre na perspectiva da educação inclusiva é o mesmo que adotar uma estratégia acessível e flexível, capaz de

contemplar a diversidade de ritmos, estilos e necessidades de aprendizagem. Por meio dessa prática, é promovido a participação ativa de todos os educandos, respeitando suas singularidades e incentivando a expressão individual. Assim, o desenho livre aliado à mediação docente, contribui para a construção de um ambiente educativo mais inclusivo, participativo e voltado ao desenvolvimento integral dos sujeitos (Ferreira, 2017).

Diante da compreensão do desenho livre como uma ferramenta pedagógica significativa, torna-se pertinente aprofundar a análise de seus impactos no desenvolvimento infantil. Para além de sua função expressiva e criativa, essa prática revela importantes contribuições para a formação cognitiva e socioemocional dos estudantes. Nesse sentido, faz-se necessário discutir de que maneira o desenho livre favorece o desenvolvimento dessas dimensões, evidenciando seu papel no processo de aprendizagem e na constituição integral do sujeito.

2.4. Contribuições do Desenho Livre para o Desenvolvimento Cognitivo e Socioemocional na Perspectiva de Inclusão

Falar de desenho livre é compreender que, no âmbito cognitivo, essa prática estimula a criatividade, a imaginação e a resolução de problemas, uma vez que a criança precisa planejar, selecionar elementos e estruturar suas produções gráficas. O ato de desenhar envolve habilidades motoras finas e coordenação visomotora, essenciais para o desenvolvimento global e para a aquisição de competências relacionadas à escrita e à leitura (Derdyk, 2020).

Assim, o desenho livre não apenas expressa o pensamento infantil, mas também o organiza e o amplia, favorecendo aprendizagens

significativas. Ao desenhar, a criança externaliza suas percepções e experiências, o que, na perspectiva inclusiva, possibilita que todos os alunos participem do processo de aprendizagem, independentemente de suas limitações na linguagem verbal (Silva Souza, 2025).

Ferreira (2017) compreende que a utilização dessa forma de expressão, presente na maioria das crianças, estabelece uma conexão entre o universo social, influenciado pela cultura, e o mundo interno da criança. Por meio de suas representações gráficas, ela busca organizar e ressignificar seus pensamentos, emoções e hipóteses sobre o funcionamento da realidade, além de refletir sobre suas próprias ações, especialmente em contextos coletivos. Numa sala de aula plural e inclusiva essa característica favorece a interação entre os alunos, promovendo o respeito às diferenças e a valorização das múltiplas formas de expressão presentes no ambiente escolar (Derdyk, 2020).

Parte-se do entendimento de que essa concepção acerca do desenho livre pode contribuir significativamente para as práticas desenvolvidas com crianças em creches e pré-escolas. No entanto, é fundamental que o desenho seja reconhecido como uma forma de linguagem própria da infância. Portanto, a valorização dessa linguagem por parte dos professores, aliada à sua incorporação no cotidiano escolar, pode transformar o ato de desenhar em uma prática legítima de comunicação, capaz de organizar e dar sentido ao universo interno da criança, além de possibilitar a expressão de sentimentos, imaginação e criatividade (Filatro; Cavalcanti, 2023). Sob a perspectiva inclusiva, isso implica reconhecer o desenho como uma estratégia acessível a todos os estudantes, favorecendo a

equidade e a participação ativa no processo educativo (Santos; Santos, 2021).

Além disso, Santos (2020) analisa que o desenho livre contribui para o desenvolvimento de habilidades como atenção, memória, percepção e imaginação, além de estimular a criatividade e a capacidade simbólica. Ao desenhar, a criança mobiliza conhecimentos prévios e elabora novas interpretações da realidade, estabelecendo relações entre o que vivencia e o que representa graficamente. Paralelamente, essa prática favorece o desenvolvimento da coordenação motora fina, essencial para a aquisição de habilidades posteriores, como a escrita. Em uma abordagem inclusiva, tais contribuições ampliam as possibilidades de aprendizagem, permitindo que crianças com diferentes ritmos e estilos aprendam de maneira significativa (Silva Souza, 2025).

O desenvolvimento humano tem início na infância e, ao envolver a aquisição de habilidades neurológicas, psíquicas e motoras, possibilita que o sujeito construa sua inserção social de forma progressiva. Nesse sentido, trabalhar, por meio da mediação pedagógica, aprendizagens nos domínios da linguagem, da psicomotricidade, do cognitivo, do físico e do socioemocional é fundamental para a evolução das capacidades do indivíduo (Filatro; Cavalcanti, 2023). Essa mediação deve considerar as singularidades dos alunos, utilizando o desenho livre como recurso que favorece a acessibilidade, a participação e o desenvolvimento integral (Santos; Silveira, 2016).

Portanto, reconhecer o desenho livre como uma linguagem própria da criança, compreendendo sua relevância nas interações sociais e no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como

atenção, percepção, memória e imaginação, possibilita promover, no cotidiano escolar, experiências mais significativas relacionadas a essa forma de expressão. Assim, ao ser integrado às práticas pedagógicas inclusivas, o desenho livre contribui para a construção de um ambiente educacional mais equitativo, no qual todos os alunos têm suas potencialidades valorizadas e suas formas de expressão respeitadas.

3. CONCLUSÃO

Diante dos resultados e análises realizadas, foi possível compreender que as práticas pedagógicas inclusivas, quando articuladas ao uso do desenho livre, constituem estratégias eficazes para favorecer a participação e a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no contexto da Educação Infantil. Evidenciou-se que o desenho livre, enquanto linguagem própria da infância, amplia as possibilidades de expressão e comunicação, permitindo que os alunos manifestem ideias, sentimentos e experiências, mesmo diante de limitações na linguagem oral ou escrita. Nesse sentido, sua utilização, aliada a uma mediação pedagógica intencional, contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, promovendo uma aprendizagem mais significativa e equitativa.

Assim como, verificou-se que a adoção de práticas inclusivas exige do professor uma postura reflexiva e comprometida com a valorização das diferenças, sendo fundamental a utilização de estratégias diversificadas que considerem as singularidades dos estudantes. O desenho livre, nesse contexto, destaca-se como um recurso acessível e potente, capaz de favorecer a interação, o protagonismo e a participação dos alunos no processo educativo.

Portanto, a integração do desenho livre às práticas pedagógicas inclusivas, mediada de forma consciente pelo docente, contribui para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor e democrático, no qual todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprendizagem e participação. Por fim, ressalta-se a importância da ampliação de estudos sobre a temática, considerando a necessidade de aprofundar investigações que explorem diferentes contextos educacionais e práticas pedagógicas, de modo a fortalecer a produção científica e subsidiar a atuação docente na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, Neiva A. **Surdos e inclusão educacional**. São Paulo: Arara Azul, 2010.

AMATO, Luciano. **Diversidade e inclusão: e suas dimensões**. São Paulo: Literare Books International, 2022.

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação Inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Ensino em perspectivas**, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021.

BABAKR, Zana H.; MOHAMEDAMIN, Paquistão; KAKAMAD, Karwan. Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Piaget: Revisão Crítica. **Revisões Trimestrais de Educação**, v. 3, pág. 517-524, 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB).

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2007**.

CARRIEL, Heloisa Kais; SANTOS ROSENAU, Luciana. A importância da mediação docente frente às práticas pedagógicas que utilizam as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 7, n. 2, p. 4-26, 2025.

CAVALCANTI, Carolina C. **Aprendizagem socioemocional com metodologias ativas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

COSTA SILVA, Gisele. O desenho da criança na educação infantil. **Eventos Pedagógicos**, v. 7, n. 3, p. 1117-1131, 2016.

CUNHA, Marcus V. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

DANTAS, Eva L. A. A contação de história na Educação Infantil e a formação de leitores. **Revista Caparaó**, [S./], v. 1, n. 2, e12, p. 1-13, 2019.

DERDYK, Edith. **Formas de pensar o desenho**. Panda Educação, 2020.

FILATRO, Andrea; CAVALCANTI, Carolina C. **Metodologias inovativas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2023,

FRESCHI, Ana Carolina; LOPES, Queila Barbosa. Potenciais sequências de aprendizagem intercultural no teletandem: a importância da mediação. **Revista do GEL**, v. 13, n. 3, p. 49-74, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HARTMANN, Luciana; SILVA, Sonaly T. Pequenas resistências: contação de histórias, performance e protagonismo infantil na escola. **Urdimento**, Florianópolis, v. 1, n. 34, p. 19-35, mar./abr., 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573101342019019/9924>. Acesso em: 23 mar. 2026.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepções e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2017.

LOPES, Maura C.; FABRIS, Eli H. **Inclusão & educação**. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2020.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Siderlene M. et al. Educação ambiental: uma experiência com contação de história infantil. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, [S./], v. 21, n. 3, p. 585-597, 2022.

PINHEIRO, Elizangela Felix Vasconcelos et al. As contribuições do desenho na educação infantil na perspectiva Piagetiana. **Revista UniPaulistana de Iniciação Científica**, v. 1, n. 1, p. 32-44, 2024.

POTT, Eveline Tonelotto Barbosa. Perspectivas sobre a infância em debate: Contribuições de Piaget, Vigotski e Wallon. **Perspectivas em Psicologia**, v. 23, n. 1, 2019.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. 10. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2010

PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência**. Editora Vozes Limitada, 2012.

SANTOS, Danyelle Moura; SANTOS, Nataly Ferreira Costa. Reflexões entre o desenho da criança e o brincar livre na educação infantil. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 2, n. 6, p. 1-20, 2021.

SANTOS, Nathassia Leandro de Jesus Cezar; SILVEIRA, Jussara Maria Viana. O desenho como construção e significação do pensamento infantil. **ENCONTRO CIENTÍFICO MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE AMADEUS**, v. 2, p. 155-171, 2016.

SCHINATO, Liliani Correia Siqueira; STRIEDER, Dulce Maria. Ensino de ciências na perspectiva da educação inclusiva: a importância dos recursos didáticos adaptados na prática pedagógica. **Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação**, v. 29, n. 2, 2020.

SILVA, Adinairde Neves. Prática pedagógica: desafios de transformar a teoria na práxis inclusiva. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 40, n. 1, p. 398-410, 2023

SILVA, Alison Sousa; IRIART, Mirela Figueriedo. A dimensão estética do desenho livre e suas implicações no processo de formação das funções psicológicas superiores. **Zero-a-seis**, v. 24, n. 46, p. 1103-1123, 2022.

SILVA SOUZA, Alisson. O DESENHO LIVRE E A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BALANÇO DAS PRINCIPAIS PESQUISAS BRASILEIRAS DOS

ÚLTIMOS CINCO ANOS. **Revista Eixo**, v. 14, n. 3, p. e07-e07, 2025.

SILVA, Silvia Maria Cintra. **A constituição social do desenho da criança**. Mercado de Letras Ed., 2002.

VYGOTSKY, Lev Semenovich et al. **A formação social da mente**. São Paulo, v. 3, 1991.

VYGOTSKY, Lev S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: WMF Martins Fontes – POD, 2010.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Imaginação e criatividade na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2014

WALLON, H. **Psicologia e educação**. São Paulo: Loyola, 2009.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação, Christian Business School (CBS), Paris, França. E-mail: anaalicetheobald@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-9104-5726>

² Doutora em Ciências da Educação, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Alagoas, Brasil. E-mail: rozineide.pereira1975@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6863-7874>